

PACTO NACIONAL PELA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA (PNAIC): REPERCUSSÕES DA IMPLEMENTAÇÃO NO LOCAL

Jéssica Santos do Nascimento

Introdução

Este presente trabalho teve por objetivo compreender as articulações entre a escola e os membros da cadeia de formação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa no âmbito escolar (PNAIC). O PNAIC é um programa do governo federal que objetiva alfabetizar as crianças até os 8 anos ou no final do 3º do ensino fundamental utilizando-se para isso do regime de colaboração entre estados, municípios, Distrito Federal e União.

O Pnaic constitui-se por uma cadeia de formação, na qual estão incluídas a coordenação geral do programa, uma representante da Instituição Federal (IF's), as formadoras dos orientadores de estudos, também das IF's, os orientadores de estudos e os professores alfabetizadores. E entre os profissionais atuantes na escola, apenas os professores alfabetizadores até 2015 participavam das formações do PNAIC. Nesse sentido, inscrevemos nossa problemática, pois nos incomodou entender quais foram as repercussões que implicaram na escola tendo apenas os alfabetizadores participado das formações até 2015.

Adotamos na pesquisa a abordagem qualitativa em que “O pesquisador qualitativo pauta seus estudos na interpretação do mundo real” (OLIVEIRA, 2008, p. 07). Utilizamos como meio de coleta a entrevista semiestruturada que para Manzini (2012, p.156) “confere confiança ao pesquisador e possibilita a comparação das informações entre os participantes entrevistados”. Para esta pesquisa definimos uma escola no município de Recife, em que entrevistamos 2 alfabetizadores vinculados ao PNAIC e um orientador. Para a análise utilizou a técnica de análise de Bardin (1989).

Referencial teórico

Discutir a questão do poder local é colocar em relevo o debate sobre a participação de grupos minoritários nas questões políticas e sociais. De forma ampla, podemos entender o poder local como a capacidade de reação organizada dos membros de um local, bairro, comunidade, município, envolta por um sentimento de pertencimento e de reconhecimento identitário daquele grupo, frente às tendências de deliberações verticalizadas e centralizadores. Sendo-a então sua atuação no local capaz de provocar a admissão de suas especificidades como elemento importante na formulação de políticas públicas (SANTOS, 2002; HALL, 1997; DOWBOR, 2008).

A relevância da discussão sobre o local emerge em meio ao debate sobre os processos de globalização. Para Santos (2002, p. 75), quando trata da globalização, espera-se que o local ocorra pela “transformação contra-hegemônica, que consiste na construção do multiculturalismo emancipatório, ou seja, na construção democrática das regras de reconhecimento recíproco entre identidades e entre culturais distintas”. Percebe-se que quando esse autor se refere à globalização, ele também ressalta, por contraposição, a valorização do conjunto de símbolos dos indivíduos locais balizado por um sentimento de pertença comum.

Esta luta se faz necessária quando “numa economia e numa cultura cada vez mais desterritorializada, a resposta contra os seus malefícios não pode deixar de ser reterritorialização, a descoberta do sentido do lugar e da comunidade” (SANTOS, 2002, p. 72), desencadeando, diante das influências globais, um “retorno” compatível às características dos municípios, comunidades, bairros e escolas, e não um afastamento entre o local e o global. O poder local “[...], trata-se, portanto, de um esforço do município sobre si mesmo” (DOWBOR, p. 79-80).

A necessidade das crianças estarem alfabetizadas parte da ideia que a condição das crianças não alfabetizadas satisfatoriamente deixa de contribuir para o progresso do país, ou seja, está condição das crianças afasta o país da possível visibilidade dentre o cenário de globalização. E por isso os investimentos na implementação do Pnaic (BRASIL, 2012b). Para tanto, esse trabalhou situou o debate da articulação entre a

escola e os membros da cadeia de formação do PNAIC por entender que a implementação de um programa educacional contempla significativamente e coloca em evidências nuances que dizem respeito ao poder local.

Resultados

Em Recife a secretaria de educação ficou a frente da execução do Programa. As ações do Pnaic, além de envolverem os membros da cadeia de formação, seriam “uma articulação com todos os envolvidos da escola” (Representante do MEC 1). Encontramos no próprio manual do Pnaic (2012, p. 03) diz:

A equipe central, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação (SMED), deve agir na definição de princípios gerais e construção de orientações globais de trabalho, atuando na articulação entre as unidades escolares. As equipes das escolas devem definir planos de ação por unidade escolar e coordenar o trabalho coletivo, no universo dessas unidades. Para a articulação entre estas duas instâncias, sugere-se a criação de um Conselho ou um Núcleo de Alfabetização que se responsabilize e discuta as políticas da rede de ensino destinadas ao atendimento das crianças dos anos iniciais.

Nesse sentido, um elemento importante que o MEC sugeriu¹ para auxiliar no desenvolvimento das ações do Pnaic nas escolas foi o Núcleo de Alfabetização, mas esse Núcleo não chegou a se estruturar nas escolas de acordo com todos os entrevistados. Inclusive uma professora relata que “encontros mesmo não” do Pnaic na escola em que trabalhava para tratar sobre as ações do PNAIC (Professora alfabetizadora 2).

Então, vejamos a maneira como se dava essa articulação escola e PNAIC, segundo informações do orientador de estudos, um profissional ligado a Secretaria de Educação de Recife (SEDUC):

A gente [orientador] trabalhava focando no professor, a gente não estava tão focado na escola. [...]. **O PNAIC não projetou a escola, projetou aquelas turmas, é muito difícil trabalhar assim.** [...]. Não era a escola toda, não eram todos os 3º anos que estavam lá. Nos não visualizamos por escola, e sim por turma (Orientador de estudos, grifos nossos).

¹ Verificar maiores detalhes sobre a formação dos núcleos de Alfabetização em manual do Pnaic (2012b, p. 03).

No caso de Recife, isso ficou evidente, que havia um vácuo nas relações entre a equipe do PNAIC e os alfabetizadores considerando a fala do próprio orientador ligado a SEDUC de Recife. Essa ruptura abrangeu também a relação entre os alfabetizadores e a gestão escolar, coordenação pedagógica e professores alfabetizadores para a troca de experiências sobre o Pnaic nas escolas, considerando-se que “se não for à colega de escola para conversar, ninguém vem olhar o nosso trabalho. Se o professor não se colocar, como o pessoal da escola fica sabendo desse Pnaic? no caso, conteúdo mesmo” (Professora alfabetizadora 1). O foco das ações sendo apenas nos professores alfabetizadores provocou desarticulação entre os demais segmentos da comunidade escolar nas decisões sobre as ações do Pnaic.

Considerações:

O presente trabalho procurou as articulações entre a escola e os membros da cadeia de formação do PNAIC. Verificamos que houve uma fragmentação dessa articulação, começando exatamente pela falta de construção do Núcleo de Alfabetização nas escolas, que seria um espaço onde os alfabetizadores poderiam recorrer.

De acordo com os alfabetizadores, a secretaria de educação de Recife foi ausente nas escolas para tratar sobre o PNAIC. E ainda tivemos como resultados a precariedade que os alfabetizadores enfrentaram em decorrência da inexistência de conhecimentos da gestão, coordenação e demais profissionais escolares sobre o PNAIC, que até 2015 não participavam das formações do PNAIC. Assim, verificamos que o regime de colaboração orientado no marco legal que orienta o programa PNAIC possui limites a nível local de acordo com análise da implementação na escola de Recife.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1989.

BRASIL. MEC. **Manual do Pacto: Pacto pela Alfabetização na Idade Certa: o Brasil do futuro com o começo que ele merece**. Brasília. DF, 2012b.

DOWBOR, Ladislau. **O que é Poder Local**. São Paulo: Brasiliense, 2008.

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. In: THOMPSON, Kenneth (ed). **Media and cultural regulation**. London; Thousand Oaks, New Delhi; The open University; SAGE Publications, 1997.

MANZINI, Eduardo. Uso da entrevista em dissertações e teses produzidas em um programa de pós-graduação em educação. **Revista Percurso - NEMO** Maringá, v. 4, n. 2 , p. 149- 171, 2012.

OLIVEIRA, Cristiano. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**. Paraná. 2008.

SANTOS, Boaventura. **A globalização e as ciências sociais**. 2. ed. São Paulo: Cortez. 2002.

SILVA, Wilker Solidade. A pesquisa qualitativa em educação. **Horizontes – Revista de Educação**, Dourados, MS, n.3, v2, janeiro a junho de 2014.